

LITERATURA E LUSOFONIA: QUESTÕES DE EPISTEMOLOGIA E IDENTIDADE

Paulo Geovane e Silva¹

Resumo: Muitas são as discussões e poucos os consensos a respeito do que é a lusofonia, bem como sobre as questões correlatas ao seu destino, partindo do pressuposto de que exista uma lusofonia, ainda que no imaginário daqueles que a desejam. Ao que parece, há um certo movimento de conformidade quando à existência do dito *mundo lusófono*. Entretanto, e para despeito da diversidade e dinamicidade da língua, cada país de língua portuguesa se questiona a respeito do que é e como enxergar a lusofonia no século XXI, e cada país o faz do seu respectivo lugar social. Sendo assim, este artigo não propõe uma definição, mas antes uma reflexão a respeito das possíveis fronteiras para um conceito tão complexo, a fim de que seja possível distinguir melhor os divergentes olhares que se lançam sobre o fenômeno da língua portuguesa no mundo. Além disso, importa também questionar a relação do conceito de lusofonia com a literatura de língua portuguesa, tendo em vista, sobretudo, que é na literatura que a língua se manifesta sobremaneira, para além do fato de que é também a literatura quem, no mundo dos falantes de português, promove com mais força aquilo a que se pode definir lusofonia.

Palavras-chave: Lusofonia; língua portuguesa; literaturas de língua portuguesa.

Abstract: there are many discussions and little consensus regarding what is Lusophony, as well as questions correlate to its destiny, and based on the assumption that there is a Lusophony, even if only in the imagination of those who desire it. As it seems, there is a movement of conformism about the existence of the so called *Lusophone World*. However, and despite the diversity and dynamics of the language, each Portuguese official language country questions itself about what it is and how to see Lusophony in the 21st Century and each country does that from their own social place. Therefore, this paper does not propose a definition, but a reflection about the possible boundaries for such a complex concept so it becomes possible to better distinguish the different visions on the Portuguese language phenomenon around the world. Other than that, it is also important to examine the relationship between the concept of Lusophony and the Portuguese literature, keeping in mind that the language manifests itself in a greater way in the literature and the fact that it is also the literature, in the Portuguese speakers 'world', the one that strongly provides what might be called Lusophony.

Keywords: Lusophony, Portuguese language, Portuguese literature.

Introdução

*Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,*

Em que da voz materna ouvi: "meu filho!"
E em que Camões chorou, no exílio amargo,
O gênio sem ventura e o amor sem brilho!
Olavo Bilac

¹ Universidade de Coimbra.



Flor do Lácio Sambódromo Lusamérica latim em pó
O que quer
O que pode esta língua?
Caetano Veloso

Ao refletir sobre a ideia de identidade, Stuart Hall chama a atenção para o fato de que “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno” (HALL, 1997, 7). Obviamente, o sociólogo faz referência à identidade de sujeitos e grupos sociais empíricos que, com o passar do tempo e mutações da mentalidade, têm se confrontando com novos paradigmas de identidade cultural e social. Contudo, pode-se pensar o conceito de Hall tanto para a noção de identidade dos sujeitos empíricos quanto para a identidade de sujeitos abstratos, como, no caso específico deste ensaio, a literatura de língua portuguesa. De fato, não estão aqui delineados sujeitos que se anulam, mas, pelo contrário: o sujeito social e a literatura se somam e se completam por dois vetores principais: a produção literária e a leitura/consumo de textos literários. Basicamente, e em consonância com a língua em que se insere uma determinada literatura, estas são as duas instâncias que permitem conceber uma ideia de identidade literária a ser constantemente pensada e questionada, já que pensar a identidade de uma determinada literatura consiste também – e principalmente – em pensá-la enquanto sujeito.

Ao lado da funcionalidade do conceito de Hall para a identidade literária está a ideia de *comunidades imaginadas* desenvolvida por Benedict Anderson em livro homônimo, estudo no qual o autor afirma que as nações são comunidades imaginadas.

porque até os membros da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão. (ANDERSON, 2005, p. 25).

Essa comunhão de que fala Anderson configura-se também como resultado de um vetor grafocêntrico e, por isso, encontra na literatura um dos principais promotores dessa suposta união identitária. Por outras palavras, se uma comunidade literária se instaura pela língua, é também pela língua que pode imprimir uma identidade coletiva, já que pessoas “desconhecidas” entre si – nacional ou internacionalmente (delimitando aqui o âmbito dos países de língua portuguesa) – podem estabelecer contato através de uma literatura comum sob o ponto de vista linguístico. Entretanto, essa mesma literatura de língua portuguesa pressupõe também uma identidade individual se vista sob o signo da nação: ainda que produzida sob o mesmo sistema linguístico,



literaturas de diferentes países lusófonos retratam diferentes realidades e, por conseguinte, edificam para si distintas identidades – tanto para si quanto para a nação na qual ela foi produzida.

Nesse sentido, o problema que aqui se coloca é: se a identidade literária pode, *a priori*, partir do princípio da existência de uma identidade linguística comum, como pensar então as literaturas produzidas no âmbito da língua portuguesa em sua relação com aquilo a que se pretendeu chamar *lusofonia* ou *mundo lusófono*? É possível pensar em uma literatura lusófona? Se sim, a partir de que referenciais essa identidade literária se firmaria? Não apenas estas, mas muitas outras perguntas poderiam ser aqui colocadas para a discussão de um conceito – a *lusofonia* – que encontra entre os estudiosos mais divergências do que consensos conceituais. Para que melhor se compreenda toda essa problemática da lusofonia em sua relação com a literatura de língua portuguesa, é preciso resgatar algumas questões correlatas ao referido conceito e às paisagens ideológicas que ele contempla na atualidade cultural dos países de expressão portuguesa.

1. Lusofonia – da evidência ao onirismo

Nalguns casos, pensar em países de *expressão portuguesa*² pode ser um tanto complexo – e talvez até arriscado – na medida em que uma determinada comunidade nacional, como, por exemplo, Moçambique³, adota a língua portuguesa como materna mas, ao mesmo tempo, resgata também o crioulo e uma infinidade de dialetos locais como língua não oficial, senão usual, quotidiana. Contudo, não é a comunidade que institucionaliza a língua, mas sim a língua que, pelo uso, institucionaliza e identifica a comunidade. Pensar em lusofonia a partir de uma ideia uniforme de expressão linguística parece ser, no mínimo, incoerente, e o multilinguismo presente tanto em Moçambique quanto em Timor-Leste são exemplos vivos dessa possível incoerência.

Entretanto, e mesmo tendo em conta toda a realidade multilinguística que abarca os países falantes do português, a lusofonia parece algo não somente necessário (cf. Loureço, 2004: 162), como também – e muito mais – óbvio aos ouvidos dos falantes dessa língua, e a vontade de construir uma comunidade lusófona é, em partes, motiva-

2 Como sugere o nome CPLP – Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa.

3 Sobre a língua portuguesa em Moçambique, Regina Helena Pires de Brito afirma: “Na prática, falar sobre língua portuguesa em Moçambique, por exemplo, significa falar de uma minoria escolarizada e habitante dos centros urbanos, apensar de seu *status* de oficial (sendo utilizada como meio de instrução e comunicação pública nacional) e de língua de unidade nacional. Verifica-se, no país, a mistura de sistemas de falar cotidiano e a imposição do padrão europeu de português em ambiente escolar.” (BRITO, Regina H. P. “Moçambique e Timor-Leste: realidade multilingue e oficialidade lusófona” in *Língua Portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*. MARÇALO, Maria João *et alli* (eds). Évora: Universidade de Évora, 2010. pp. 71-92)



da também por essa realidade tão óbvia que, muito basicamente, consiste em pensar o seguinte: apesar das tantas diferenças – de ordem fonética, ortográfica e sintática –, há um fato patente no uso da língua portuguesa: todos os falantes de português, em sua diversidade linguístico-cultural, entendem-se perfeitamente, ainda que não se compreendam tão perfeitamente – mas esta é uma questão para adiante.

Partindo, pois, do óbvio, é possível perceber que a *comunicabilidade* e a *inteligibilidade* em língua portuguesa – colocando de parte as noções de “correto” e “incorreto” para o uso da língua – parecem compor a força propulsora inicial, ainda muito rudimentar, para tantas iniciativas que tencionam aproximar e dinamizar as relações entre os países falantes do português, sem desconsiderar, claro esteja, as motivações políticas e intelectuais que também incitam tais iniciativas.

A partir da linha de raciocínio até aqui referida, a ideia de lusofonia parece ter um sentido evidente, perceptível mesmo pela carga semântica e etimológica da palavra (*luso + fonos* – algo como *fonemas produzidos em idioma luso*, se aqui coubesse o conceito): os falantes se entendem entre si porque, em níveis relativamente distintos, comunicam-se através de um código linguístico também relativamente semelhante. E isto é o que aponta Eduardo Lourenço ao referir que “A esfera da *lusofonia* é, idealmente, a dessa língua, herdada de outras, aparentada com outras” (LOURENÇO, 2004, 163). De fato, há, entre os falantes do português, uma raiz comum que é, sem mistérios ou delongas, a língua portuguesa.

Um pouco distante do caráter óbvio imposto pela língua “comum”, Yves Leonard, por sua vez, vê a *lusofonia* como uma “espécie de família espiritual repousando na recordação de um passado comum, sobre uma parte do esquecido e sobre uma vontade de construir o futuro em conjunto” (1998: 438), ideia com a qual concorda também Eduardo Lourenço, cujo filósofo, partindo para uma noção mais onírica da lusofonia, lembra:

É o sonhar como unido o espaço dessa língua ou a ideia de o reforçar para resistir melhor à pressão de outros espaços linguísticos (...) que os Portugueses (sem o quererem dizer em voz alta) projectam no conceito ou na ideia mágica de *lusofonia*. (LOURENÇO, 2004, 164).

Assim sendo, a lusofonia é, sob o ponto de vista da nação portuguesa, um sonho – sonho de união, de aproximação, mas, principalmente, sonho de instaurar a hegemonia do espaço linguístico conquistado por Portugal em tempos de outrora, o que, em termos de crítica pós-colonial, pode ser visto também como um sonho contíguo à



colonização, isto é, a lusofonia pode ser vista, sob a perspectiva lusa que historicamente propagou a língua, como uma forma de continuar afirmando uma colonização que deu a muitos países uma identidade e infundiu em seus respectivos cidadãos uma ideia de comunidade.

Entretanto, nem todos os falantes do português são portugueses, pelo que, como bem metaforizado por Eduardo Lourenço, é preciso ver as perspectivas específicas de todos os países falantes dessa língua, para os quais há mais divergências do que convergências no tocante ao que se pretendeu chamar *mundo lusófono*. A metáfora proposta por Eduardo Lourenço em seu ensaio *Cultura e Lusofonia ou os três anéis*⁴ ilustra perfeitamente o que aqui se refere a respeito das distintas perspectivas dentro de um mesmo campo linguístico: Lourenço afirma que, junto com Portugal, África e Brasil formam um conjunto de três anéis, cada um representando uma comunidade falante do português. Pensar em lusofonia é, acima de tudo, e ainda segundo o ponto de vista do filósofo, aproximar esses três anéis, destacando, nesse vínculo, o que há de comum e o que há de diferente entre essas três comunidades linguísticas que partilham a língua portuguesa: nos espaços de interseção, circunscvem-se os pontos em comum, dentre os quais estão necessariamente a inteligibilidade e a comunicabilidade no espaço lusófono, enquanto que, no espaço individual e peculiar, encontra-se a cultura de cada comunidade, que quase nunca consegue produzir aproximações no mundo lusófono apenas pela lusofonia em si, isto é, pelos vetores da comunicabilidade e inteligibilidade impostos pela língua portuguesa.

Sob uma perspectiva ideológica, a lusofonia parece mesmo ser um sonho, já que não contempla – e nem pode tencionar fazê-lo – a totalidade das expressões culturais manifestadas em língua portuguesa no universo lusófono, e isso já havia dito Fernando Henrique Cardoso, em cujo discurso, também retomado por Eduardo Lourenço (2004), o ex-presidente do Brasil afirma: “O facto de usarmos a mesma língua não significa que tenhamos a mesma cultura” (LOURENÇO, 2004, 167). Parece haver aqui uma cisão crucial para uma concepção mais acertada a respeito de lusofonia: o que parece estar em causa na lapidação desse conceito não é propriamente uma identidade cultural comum, mas sim uma identidade linguística comum que, *a priori*, dificilmente implicaria em algo mais do que o funcionalismo da língua e a possibilidade de contato direto com pessoas de outro país sem necessidade da utilização de uma língua segunda.

Ao que parece, é preciso se atentar aos incontestes perigos que podem estar na associação da *lusofonia* com um hipotético *nós*. Esse *nós*, grupo que inscreve uma comunidade intercontinental de falantes da mesma língua, não deixa de ser um corpo linguístico relativamente comum, como já salientou Fernando Henrique Cardoso, mas

4 In *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva, 2004. pp. 161-172.



não pressupõe necessariamente uma identidade cultural comum. Paradoxalmente, a língua é justamente o fator que incita as diferenças culturais entre os países lusófonos, e não faltam associações entre língua e cultura (ou personalidade cultural e social) que evocam essa incitação, como é o caso de alguns estudos que associam a personalidade do brasileiro ao seu sotaque, por exemplo.

Pensar, portanto, a literatura de língua portuguesa nesse emaranhado de prós e contras conceituais a respeito da ideia de *lusofonia* consiste em pensar a articulação dessas produções literárias no panorama dos países de língua portuguesa, mas também, e em primeiro lugar, trata-se de observar a literatura a partir da língua literária que a sustenta – o português –, e este é o primeiro ponto em comum entre essas literaturas. A partir daí, é possível estabelecer critérios de relação entre as literaturas de língua portuguesa e a ideia (ou ideias) de *lusofonia*, bem como refletir também a maneira pela qual tais produções literárias se encaixam, articulam, convergem ou divergem no panorama cultural do mundo lusófono.

2. Língua portuguesa e literatura – o desenvolvimento da língua literária

Reflexões a respeito da língua portuguesa enquanto língua literária permitem conceber uma interessante relação entre o colonizador e o ex-colonizado no atual mundo dos que falam português: se, por um lado, a língua portuguesa tomou (e ainda toma) diferentes formas de manifestação nos diversos países que compõem a CPLP, é de notar também o fato de que, em primeira instância, a literatura em língua portuguesa produz-se numa norma culta que, em sua maioria, é colonial, o que parece reportar para um sonho que o país colonizador tem de expandir no tempo a sua hegemonia. Por ser produzida a partir de um relativo conservadorismo linguístico, relevante é o fato de que a literatura lusófona sustenta, em partes, o colonialismo linguístico europeu.

A respeito dessa norma culta preservada pela literatura, Segismundo Spina⁵, ao falar da forte influência sofrida pelo português europeu nas terras coloniais, dá o exemplo do Brasil e das influências linguísticas que a então Terra de Vera Cruz fizera pesar sobre o falar europeu. Contudo, e ainda a respeito do exemplo brasileiro, o autor lembra que

Sempre no seu papel de manutenção da unidade linguística de um povo, a língua literária brasileira manteve-se resistente às influências da linguagem americana até à época da Inconfidência Mineira, altura em que se manifestavam os primeiros sintomas de uma expressão

5 Texto retirado do site http://143.107.31.231/Acervo_Imagens/Revista/REV022/Media/REV22-07.pdf (consultado em 30/01/2013). A plataforma não oferece dados bibliográficos.



literária nacional (SPINA, [s/r]).

O que Spina aqui afirma corrobora a ideia de que, em certa medida, a literatura mantém o padrão linguístico europeu e colonizador, promovendo-o e conservando-o enquanto referencial de língua literária.

Se, de um ponto de vista diacrônico, a literatura está para a língua e a língua está para a história, a literatura produzida em língua portuguesa acompanhou estritamente o desenrolar da história de Portugal, cujos exemplos clássicos são Padre Antônio Vieira e Camões, autores que, à sua maneira, promoveram no mundo a diáspora da língua portuguesa, e essa dispersão se deu conforme os fatos históricos sob os quais esses escritores estavam condicionados, como refere Helmut Siepmann:

A expansão pelos continentes extra-europeus não só levou à divulgação da língua portuguesa, como também a produções literárias redigidas e, em parte, também impressas nessas novas áreas. A imprensa portuguesa de Goa, necessária especialmente para o trabalho dos missionários, publicava já no século XVI o “Colóquio dos Simples e Drogas da Índia” de Garcia da Horta, e Camões compunha lírica e partes da sua grandiosa epopeia no vice-reino da Índia. Do actual Brasil chegavam relatos de descobridores, literatura de sermões e textos historiográficos, que ocupam um lugar certo na história da literatura da língua portuguesa. (SIEPMANN, 2011, p. 48)

Estes e tantos outros homens, autores provenientes de searas e lugares sociais os mais diversos, produziram a literatura tendo o português como língua literária, plasmando no tempo a eternidade dessa escrita e de todas as outras que viriam após ela, e essa linearidade do português enquanto língua literária parece ser um dos motivos pelos quais algumas literaturas de alguns países de língua portuguesa ainda conservam tanto a norma culta europeia, como referiu Spina.

Que a literatura de língua portuguesa produzida no vasto território lusófono promove, em certa medida, uma cristalização da norma culta europeia, trata-se de uma verdade incontestável. Contudo, há ainda quem faça o contrário, e não seria necessário citar aqui escritores para além de Guimarães Rosa, José Saramago e Mia Couto, cada qual reinventando a língua à sua maneira e sob as influências linguísticas que mais sensivelmente lhes dizem respeito, ainda que Saramago o faça com menos propriedade inventiva do que Rosa, por exemplo, observação que, claro esteja, tal observação aqui vem apenas a título de exemplo, já que nem é a intenção deste ensaio estabelecer comparações entre estes ou outros grandes nomes da literatura de língua portuguesa.



Na coexistência entre os autores que conservam a norma culta do português europeu e aqueles que, transgredindo-a, promovem novas – e belíssimas – formas de expressão literária em português, o universo literário (em seus vários domínios e categorias: leitor, texto, receptor, recepção, horizonte de expectativas, mercado, etc), que é tão denso e multifacetado, faz ver que, no espaço ideológico da expressão em língua portuguesa, há espaço para todos, desde conservadores aos mais dignos transgressores. É justamente nessa coexistência que a literatura de língua portuguesa promove trocas culturais diversas, todas elas através de uma língua comum, cujo trânsito cultural supera, portanto, a própria ideia de uma lusofonia que, a princípio, se limitaria ao tecnicismo e à comunicabilidade da língua portuguesa. Num primeiro momento, só é possível ter contato com a literatura de um determinado país estrangeiro porque talvez haja uma língua comum entre o autor (nacional) e o leitor (de outro país); mas, para além disso, há também, e através da língua, um conhecimento partilhado, signos culturais que são inteligíveis através do idioma comum e que só por meio dele poderia ser partilhado – caso contrário, a tradução seria, a princípio, a melhor solução⁶.

O que aqui se diz tem que ver, por exemplo, com a presença de Jorge Amado na construção de um imaginário brasileiro em Portugal, que foi desenvolvido, sobretudo, a partir dos romances regionalistas “O País do Carnaval” (1931), “Cacau” (1933) e “Suor” (1934), mas principalmente através do clássico, já muito lido e revisitado “Gabriela, cravo e canela” (1958), cujo romance até hoje vive na memória do povo português, seja através do texto escrito, seja através do seriado televisivo. Este exemplo mostra que há, de fato, uma troca de energias culturais através da literatura, o que permite perceber, dentre tantas coisas, que a arte literária é um dos mais fortes elementos que compõem o espaço de ligação entre os três continentes – ou *anéis*, como prefere Eduardo Lourenço – pela força de uma mesma língua. É no uso do português enquanto língua literária que as identidades se constroem, se reconstroem e se influenciam, bem como demonstram o que de universal e local, peculiar e comum, individual e social há em cada uma dessas múltiplas identidades.

3. O risco da conclusão

Minha pátria é a língua portuguesa.
(Bernardo Soares).

⁶ Apesar da relevância, não é pertinente referir a questão das traduções intralinguísticas, como acontece em alguns textos que transitam no espaço lusófono. Contudo, não custa salientar que, aqui, trata-se mesmo das traduções inter-linguísticas, tendo em vista sobretudo o que neste trabalho se pretende refletir e argumentar a respeito da tradução como um resultado primeiro da não possibilidade da lusofonia. Por outras palavras, ler em português é, apesar das diferenças, ler sem a necessidade de um tradução, a par de todo o redimensionamento teórico que os estudos culturais vêm incitando sobre a teoria da tradução. Tudo isto sem considerar, obviamente, os casos de pessoas que, mesmo não sendo lusófonas, conseguem ler em português, tendo esse idioma como segunda língua.



Ao que parece, e na medida de tudo o que aqui foi dito, uma ideia de *lusofonia* que se pretenda ponderada, coerente com a diversidade e preocupada com a unidade dos falantes que encontram no português a sua língua materna parece não ter sido encontrada, porque, dentre tantos fatores, ela tem sido concebida como um conceito uniforme e unilateral, que, como grande parte da atividade academicista e científicista, pensa num determinado estado de coisas em termos de unidade, e não a partir ou em prol de uma evidente diversidade. A ideia mais coerente de *lusofonia* parece ser aquela que consegue abarcar não um sonho europeu de preservação do patrimônio imaterial ou uma soberania linguística brasileira, ou ainda uma resistência ao idioma do colonizador, pois, na verdade, ninguém precisa de uma lusofonia da unidade ou do exclusivismo. O que os falantes do português precisam é de um espírito lusófono de diversidade, espírito que consiga abarcar o universo dos filhos – muito distintos, aliás – da língua portuguesa, respeitando-os em suas diferenças e aproximando-os a partir do que lhes é obviamente comum: a língua e o seu uso – relativamente – intrínseco.

Nesse sentido, a *lusofonia* passaria a ser um conceito plural e multifacetado, que deveria contemplar todas as realidades culturais daqueles que têm o português como língua materna, antes que, como refere Eduardo Lourenço, os espaços lusófonos se derivem “para paragens donde nem sequer se possam dizer adeus e falar de tempos em que mesmo as disputas e os mal-entendidos entre eles tinham um ar de família” (Lourenço, 2004, 172). Ao que parece, tentar manter a unidade linguística num espírito lusófono é cair no inevitável equívoco de conceber uma ideia de *lusofonia* mais pelo viés da uniformidade (e até da uniformização⁷) linguística do que pelas vias da diversidade, cuja intenção – muitas vezes motivada por um esquecimento daquilo que, na língua, é diverso – pode implicar em perdas e distanciamentos talvez irreparáveis, muitos dos quais apontados⁸ por Lourenço Rosário em seu discurso na ocasião do IV Simpósio Internacional de Língua Portuguesa, promovido em Maputo no ano de 2007.

Sendo plural e multicultural, já não seria mais possível (nem plausível) conceber uma ideia de *lusofonia*, mas sim de *lusofonias*: lusofonia são-tomense, lusofonia brasileira, lusofonia moçambicana, lusofonia angolana, lusofonia portuguesa ou lusofonia guineense. Destarte, a literatura brasileira, por exemplo, só poderá ser considerada lusófona na medida em que evocar a cultura brasileira através da língua portuguesa enquanto instrumento de produção literária – o que já tem sido feito na literatura brasileira, como já referido anteriormente a respeito de Jorge Amado. Nesse sentido, as

7 Cujo exemplo patente é o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que de *novo* e de *acordo* t^Wm tão pouco.

8 Em sua comunicação intitulada *Lusofonia: cultura ou ideologia?*, Lourenço Rosário chama atenção para o fato de que, movidas por uma insólita incoerência, as tantas iniciativas de aproximação dos países falantes de língua portuguesa, tencionando promover a *lusofonia*, jamais organizaram um movimento ou instituíram qualquer órgão com esse nome, fruto talvez da dificuldade em se definir, de fato, o que era esse espírito lusófono defendido e desejado por muitos, mas compreendido e assimilado por poucos.



literaturas hipoteticamente produzidas em dialetos indígenas, por exemplo, não poderiam ser concebidas como lusófonas apenas por terem sido feitas no espaço brasileiro, já que, em tese, não se utilizariam do denominador comum que promove *as lusofonias*: a língua portuguesa.

O mesmo ocorreria para as literaturas dos países africanos de língua portuguesa. Assim como o Brasil, as lusofonias se construiriam em África na medida em que, através do português, cujas marcas culturais também são evidentes e incontestáveis no plano da literatura ocidental, conseguissem expressar a cultura nacional e articulá-la com o universalismo, promovendo ricos diálogos em língua portuguesa, o que, em grande escala, já acontece também com grandes literatos das literaturas africanas de língua portuguesa.

Se a cultura dos falantes do português é plural, tão plural será também a *lusofonia* que os envolve e os agrega, motivo pelo qual, para uma reflexão epistemológica mais profícua, e apesar dos riscos que estas afirmações incitam, a flexão do termo no singular caberia apenas para determinar a língua comum entre esses países, mas jamais seria de utilidade para delimitar as tantas expressões culturais e ideológicas que infinitamente se manifestam por meio da língua portuguesa, cujas expressões compõem aquilo a que aqui se arrisca chamar de *cultura das lusofonias*. Portanto, parece haver não apenas *a lusofonia*, mas sim *as lusofonias*, fruto da grande expansão de uma língua que hoje é *outra(s)* e produz *outros*, mas que, ao mesmo tempo, promove um *nós* diverso e, por isso, aceitável sob o ponto de vista da unidade – e não da uniformidade.

Referências

Anderson, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Trad. Mira, Catarina. Lisboa: Edições 70, 2005.

Hall, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Silva, Tomaz Tadeu da; Louro, Guacira Lopes. Rio de Janeiro: DP & A, 1997.

Leonard, Yves. “As ligações a África e ao Brasil”, in Bethencourt, Francisco e Chaudhiri, Kirty (orgs.), **História da Expansão Portuguesa**. Vol V. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. pp. 421-441.

Lourenço, Eduardo. 2004. **A nau de Ícaro seguido de Imagem e miragem da lusofonia**. Lisboa: Gradiva, 2004, pp. 161-172.



Rosário, Lourenço. *Lusofonia: cultura ou ideologia?*. Maputo: [s/e], 2007. (Disponível em: <http://www.saber.ac.mz/bitstream/10857/1684/1/Lusofonia.pdf>. Consultado em: 01/02/2013).

Siepmann, Helmut. “A dimensão global da língua portuguesa”, in **Aspectos da Lusofonia: a língua portuguesa – elo de ligação e de integração**. Alberti, Filomena Sousa *et alli* (orgs.). Heidelberg: Universidade de Heidelberg, 2011, pp. 44-51. (Disponível também em: http://archiv.ub.uni-heidelberg.de/volltextserver/13551/1/publicacao_ac-tas_02.doc.pdf. Consultado em: 01/02/2013).

Spina, Segismundo. *A Língua Literária no Período Colonial: o padrão português*. Gregório de Matos. [s/r]. (Texto disponível em: http://143.107.31.231/Acervo_Imagens/Revista/REV022/Media/REV22-07.pdf. Consultado em: 27/01/2013).

Data de aceite do texto: 03/06/2013. O conteúdo deste texto é de inteira responsabilidade da autora.

